

HABEAS CORPUS Nº 509.169 - SP (2019/0129643-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

IMPETRANT : C R S H

E

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : C R S H

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de C.R.S.H., apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 217-A, § 1º, c.c. o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal, à pena de 18 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado.

O impetrante argumenta, em suma, constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento de revisão criminal, requerendo, liminarmente e no mérito, que se determine que respectiva ação seja colocada em julgamento dentro do prazo regimental.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às fls. 23-66.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento.

É o relatório.

DECIDO.

Das informações prestadas pelo Tribunal de origem, em 24/5/2019, extrai-se (fls. 23-24 - com destaque):

[...], informo que a Defesa se insurgiu contra a r. sentença proferida nos autos da Ação Penal nº 0018716-04.2012.8.26.0019, da Primeira Vara Criminal da Comarca de Americana, na qual o ora paciente foi condenado por infração ao art. 217-A, § 1º, c.c. o art. 226, II, por duas vezes, na forma do art. 71, todos do Código Penal, à pena de 18 anos e 08 meses de reclusão, no regime inicial fechado.

Neste Tribunal, a Oitava Câmara de Direito Criminal, aos 08 de março de 2018, sem discrepância de votos, negou provimento ao reclamo e determinou a expedição de mandado de prisão, decorrido o prazo para oposição de eventuais embargos infringentes ou de declaração, em consonância com jurisprudência consolidada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (Habeas Corpus nº 126.292/SP).

O v. acórdão transitou em julgado.

Anoto ainda constar, nesta Casa, o registro do pedido revisional ajuizado por Carlos, **autuado como expediente preparatório sob o número 0047619-96.2018.8.26.0000**, apontado na inicial do *writ* em destaque, e

remetido à Vara de origem para apensamento dos autos da ação penal e envio à Defensoria Pública para oferecimento das razões, se o caso, nos termos do art. 3º, § 1º, da Portaria nº 7.622/08, da Seção de Direito Criminal deste Tribunal. Aos 25 de abril último, ante a não devolução dos autos, esta Presidência determinou o imediato cumprimento da diligência ou o esclarecimento acerca dos motivos para não fazê-lo. Assinalo por fim, conforme assentamentos eletrônicos de primeiro grau, que o feito foi remetido à Defensoria Pública aos 09 de abril transato.[...]

Logo, como bem ressaltado pelo *Parquet*, nesta sede, *não existe excesso de prazo no julgamento da revisão criminal, pois tal ação sequer foi proposta. Há apenas um procedimento preparatório em trâmite na Defensoria Pública do Estado* (fl. 70).

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator